



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**RAFAEL BONATELLI PRATES**

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INDICADORES  
PATRIMONIAIS, FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE  
FLORIANÓPOLIS ENTRE 2018 E 2021**

**FLORIANÓPOLIS**

**2023**

**RAFAEL BONATELLI PRATES**

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INDICADORES  
PATRIMONIAIS, FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE  
FLORIANÓPOLIS ENTRE 2018 E 2021**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa  
Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do  
grau de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador: Prof. Dr. Sergio Murilo Petri

**FLORIANÓPOLIS**

**2023**

Prates, Rafael Bonatelli

Análise das demonstrações contábeis e indicadores patrimoniais, financeiros e orçamentários do município de Florianópolis entre 2018 e 2021 / Rafael Bonatelli Prates ; orientador, Sergio Murilo Petri, 2023.

57 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Contábeis, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Contábeis. 2. Contabilidade Pública. 3. Indicadores. 4. Análise de demonstrações contábeis. I. Petri, Sergio Murilo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Contábeis. III. Título.

Rafael Bonatelli Prates

**Análise das demonstrações contábeis e indicadores patrimoniais, financeiros e orçamentários do município de Florianópolis entre 2018 e 2021**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso Ciências Contábeis.

Florianópolis, 20 de novembro de 2023

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof. Moacir Manoel Rodrigues Junior, Dr. Coordenador do TCC

**Banca examinadora**

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof. Sergio Murilo Petri, Dr.

Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

Insira neste espaço  
a assinatura

Profa. Fabricia Silva da Rosa, Dra.

Membro

Universidade Federal de Santa Catarina

Insira neste espaço  
a assinatura

Sr. Henrique Ribeiro Bezerra

Membro

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2023

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a minha família por todo o carinho e suporte. A todos os professores, pela paciência e por todos os ensinamentos passados. E aos amigos por todos os bons momentos que estivemos juntos.

A todos os citados, o meu muito obrigado!

## RESUMO

PRATES, Rafael Bonatelli. **Análise das demonstrações contábeis e indicadores patrimoniais, financeiros e orçamentários do município de Florianópolis entre 2018 e 2021.** 57. Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

A partir da crescente preocupação com o controle das contas públicas e a transparência da gestão, a contabilidade aplicada ao setor público passou a exercer, cada vez mais, um papel de destaque na sociedade. Nesse contexto, a análise dos balanços públicos torna-se importante tanto para a gestão pública quanto para a população, com a utilização de indicadores sendo capazes de evidenciar a situação das contas de um ente público. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a situação orçamentária, patrimonial e financeira do município de Florianópolis no período de 2018 a 2021. Para isso, foram calculados os quocientes previstos no Manual da Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e Kohama (2015) para as seguintes demonstrações: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; e Demonstração das Variações Patrimoniais. Assim, a presente pesquisa se enquadra como qualitativa descritiva, e utiliza como instrumento a pesquisa documental. Quanto aos resultados, percebe-se que a situação orçamentária melhorou, com 2021 apresentando arrecadação maior do que o previsto e superávit orçamentário pelo segundo ano consecutivo. A situação financeira também foi boa, visto que quase todos os indicadores apresentaram resultado superavitário. Já em relação à situação patrimonial do município, os índices de liquidez de curto prazo e o Quociente de Situação Financeira apresentaram bons resultados, entretanto, o grande déficit no patrimônio líquido e o resultado do Quociente de Liquidez Geral são motivos de preocupação.

**Palavras Chave:** Contabilidade Pública, Análise de demonstrações contábeis; Indicadores.

## ABSTRACT

From the growing concern with the control of public accounts and the transparency of management, accounting applied to the public sector began to play an increasingly prominent role in society. In this context, the analysis of public balance sheets becomes important, both for public management and for the population, with the use of indicators being able to show the situation of the accounts of a public entity. This research aims to analyze the budgetary, patrimonial and financial situation of the municipality of Florianópolis from 2018 to 2021. For this, the quotients provided in the Accounting Manual Applied to the Public Sector - MCASP and Kohama (2015) were calculated for the following statements: Budget Balance Sheet; Financial Statement; Balance Sheet; and Statement of Equity Changes. Thus, the present research fits as descriptive qualitative, and uses documental research as an instrument. As for the results, the budget situation has improved, with 2021 presenting higher revenue than expected and a budget surplus for the second consecutive year. The financial situation was also good, as almost all indicators showed a surplus. In relation to the municipality's equity situation, the short-term liquidity indices and the Financial Situation Quotient showed good results, however, the large deficit in net equity and the result of the General Liquidity Quotient are reasons for concern.

**Keywords:** Public Accounting, Analysis of financial statements; Indicators.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Trabalhos relacionados .....	25
Quadro 2: Indicadores para o Balanço Orçamentário .....	30
Quadro 3: Indicadores para o Balanço Financeiro .....	30
Quadro 4: Indicadores para o Balanço Patrimonial .....	31
Quadro 5: Indicadores para a Demonstração das Variações Patrimoniais .....	32



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Análise das receitas correntes do Balanço Orçamentário – 2018, 2019, 2020 e 2021 .....	34
Tabela 2: Análise das receitas de capital do Balanço Orçamentário – 2018, 2019, 2020 e 2021 .....	35
Tabela 3: Análise das despesas correntes do Balanço Orçamentário – 2018, 2019, 2020 e 2021 .....	36
Tabela 4: Análise das despesas de capital do Balanço Orçamentário – 2018, 2019, 2020 e 2021 .....	36
Tabela 5: Análise ativo – Balanço Patrimonial 2018, 2019, 2020 e 2021 .....	37
Tabela 6: Análise passivo – Balanço Patrimonial 2018, 2019, 2020 e 2021 .....	38
Tabela 7: Análise Horizontal do Balanço Patrimonial .....	40
Tabela 8: Análise Horizontal da Demonstração das Variações Patrimoniais .....	41
Tabela 9: Resultado dos Indicadores do Balanço Orçamentário .....	41
Tabela 10: Resultado dos Indicadores do Balanço Financeiro .....	43
Tabela 11: Resultado dos Indicadores do Balanço Patrimonial .....	44
Tabela 12: Resultados dos Indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais .....	45
Tabela 13: Resultado dos Indicadores do município de Florianópolis .....	47

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AC – Ativo Circulante

BO - Balanço Orçamentário

BF - Balanço Financeiro

BP - Balanço Patrimonial

DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

LAI - Lei de Acesso à Informação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público

MTO - Manual Técnico de Orçamento

NBC TSP - Normas de Contabilidade específicas para o Setor Público

PC – Passivo Circulante

PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

PPA - Plano Plurianual

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

RGF – Relatório da Gestão Fiscal

RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO .....	12
1.2	OBJETIVOS .....	13
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo Geral</b> .....	<b>13</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos Espprcíficos</b> .....	<b>13</b>
1.3	JUSTIFICATIVA .....	13
1.4	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	14
1.5	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA .....	14
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>16</b>
2.1	CONTABILIDADE PÚBLICA .....	16
<b>2.1.1</b>	<b>Receitas Pública</b> .....	<b>17</b>
2.1.1.1	Estágios da Receita .....	18
<b>2.1.1.1.1</b>	<b>Previsão</b> .....	<b>18</b>
<b>2.1.1.1.2</b>	<b>Lançamento</b> .....	<b>18</b>
<b>2.1.1.1.3</b>	<b>Arrecadação</b> .....	<b>19</b>
<b>2.1.1.1.4</b>	<b>Recolhimento</b> .....	<b>19</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Despesa Pública</b> .....	<b>19</b>
2.1.2.1	Estágios da Despesa Orçamentária .....	20
<b>2.1.2.1.1</b>	<b>Planejamento</b> .....	<b>20</b>
<b>2.1.2.1.2</b>	<b>Execução</b> .....	<b>20</b>
<b>2.1.3</b>	<b>Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público</b> .....	<b>21</b>
2.1.3.1	Balanço Orçamentário (BO): .....	22
2.1.3.2	Balanço Financeiro (BF) .....	22
2.1.3.3	Balanço Patrimonial (BP).....	23
2.1.3.4	Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) .....	23
<b>2.1.4</b>	<b>Análise Vertical e Horizontal</b> .....	<b>24</b>
2.2	ESTUDOS RELACIONADOS.....	24
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>28</b>
3.1	ENQUADRAMENTO DA PESQUISA.....	28

3.2	INSTRUMENTOS UTILIZADOS.....	28
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>34</b>
4.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS .....	34
<b>4.1.1</b>	<b>Análise Vertical.....</b>	<b>34</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Análise Horizontal.....</b>	<b>40</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Análise dos Quocientes .....</b>	<b>41</b>
4.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	45
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>49</b>
5.1	QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA .....	49
5.2	QUANTO AOS OBJETIVOS DE PESQUISA.....	49
5.3	LIMITAÇÕES.....	49
5.4	RECOMENDAÇÕES PRA FUTURAS PESQUISA.....	50
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nesta seção serão apresentados: o problema de pesquisa; os objetivos; a justificativa do trabalho; a deimitação da pesquisa; e uma pequena contextualização.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil, a contabilidade pública, independente de sua esfera (Federal, Estadual, Municipal ou distrital), tem como base a Lei 4.320 de 17 de março de 1964, que é responsável: I. pela previsão da receita e a fixação da despesa estabelecidos no orçamento público do exercício; II. por controlar as operações de crédito, escritura a execução orçamentária; e III. pela comparação entre as receitas previstas e as despesas fixadas (SILVA *et al*, 2019).

Com o passar do tempo, as leis e diretrizes que norteiam a contabilidade pública foram evoluindo, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 88, responsável por avanços no processo de elaboração do planejamento e do orçamento, e da Lei Complementar 101/2000, conhecida popularmente como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que foi criada com o intuito de melhorar o controle das contas públicas e a transparência da gestão (ARAÚJO, 2019). Ainda pode-se citar a publicação de normas contábeis específicas para o setor público (NBC TSP), o Manual da Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), e a Lei de Acesso à Informação (LAI), que trouxe a exigência da apresentação dos dados à sociedade.

Todas estas medidas visam não só melhorar o controle e transparência das contas públicas, mas atender a necessidade de obter informações com melhor qualidade, podendo contribuir na gestão das entidades do setor público (SANTOS; ANDRADE, 2013), de modo a tornar mais eficiente a utilização dos recursos públicos, algo fundamental nos Estados modernos, principalmente em tempos atípicos, e de incertezas econômicas, como os vivenciados na pandemia de Covid-19.

Desta forma, as demonstrações contábeis do setor público, dentre elas: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; e a Demonstrações das Variações Patrimoniais (CARNEIRO; SANTOS, 2014), passam a ter um papel de instrumento de análise gerencial (SANTOS; ANDRADE, 2013), auxiliando na tomada de decisão do gestor público. Além disso, é muito importante a utilização de indicadores, visto que permitem entender a situação patrimonial, financeira e orçamentária do ente público, sem a necessidade da apresentação de valores monetários, facilitando a compreensão da informação, por parte do usuário (CARNEIRO; SANTOS, 2014).

Neste contexto, o trabalho em questão, por meio da análise de demonstrações contábeis e seus indicadores (previstos no Manual da Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e Kohama (2015). busca responder: **qual a situação financeira, patrimonial e orçamentária do município de Florianópolis - SC no período entre 2018 e 2021?**

## 1.2 OBJETIVOS

A fim de solucionar o problema de pesquisa formulado na seção anterior, a presente seção apresenta os objetivos da pesquisa, tanto geral como os específicos.

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a situação orçamentária, patrimonial e financeira do município de Florianópolis no período de 2018 a 2021.

### 1.2.2 Objetivos Espprcíficos

Quanto aos objetivos específicos tem-se:

- Analisar as demonstrações contábeis do município de Florianópolis - SC no período entre 2018 e 2021;
- Demonstrar a evolução dos indicadores ao longo dos anos

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A análise das demonstrações para os entes públicos é uma ferramenta relevante pois possibilita a análise da atuação dos gestores públicos, bem como se estes estão cumprindo as diretrizes da legislação. (SANTOS, 2021; SILVA *et. al*, 2019).

Além de permitir à população uma maior participação na gestão pública (na parte de acompanhamento e fiscalização), ao tornar mais acessíveis as informações, a análise de balanços gera informações úteis e confiáveis para a tomada de decisão dos gestores públicos, trazendo assim benefícios ao município (MOREIRA DA SILVA, BORGES GOUVEIA, 2020; CAGLIONI, 2019; RIBEIRO 2019).

Ademais, a utilização de indicadores dentro desse processo, além de facilitar a interpretação de informações complexas, evidencia a situação econômica e financeira dos entes públicos, permitindo ainda, a comparação entre diferentes períodos, com o intuito de analisar

sua evolução. (SILVA ,2022; SANTOS, 2021).

Logo, a presente pesquisa também torna-se importante para indicar para qual direção a gestão do município está caminhando, visto que a última, e única, pesquisa a analisar a situação das contas de Florianópolis foi publicada por Alaniz em 2017, e por gerar contribuições para a sociedade e para a administração pública.

#### 1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Como forma de delimitar a abrangência da pesquisa foi escolhido analisar as demonstrações contábeis do município de Florianópolis nos exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021.

A escolha do município de Florianópolis se deu pelo bom grau de transparência e pela relevância econômica da cidade, tanto no cenário estadual quanto no nacional. Além de ter a segunda maior população e o terceiro maior PIB do estado, a capital de Santa Catarina apresenta um dos melhores IDHs do país e é classificada como metrópole pelo IBGE.

Já a escolha de analisar o período entre 2018 e 2021 aconteceu pois os anos em questão compõem o último Plano Plurianual (PPA) completo do município com informações disponíveis no site da prefeitura de Florianópolis.

#### 1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Com o objetivo de organizar o trabalho e assim ter um melhor entendimento do estudo, esta pesquisa será distribuída em 5 capítulos.

No primeiro capítulo temos a introdução, onde será apresentado o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, a delimitação da pesquisa e a justificativa para a realização da pesquisa.

No segundo capítulo será apresentada a fundamentação teórica, com a apresentação de assuntos inerentes à pesquisa, tais como: contabilidade pública; as demonstrações contábeis do setor público e os indicadores utilizados para fazer a análise.

O terceiro capítulo aborda a classificação da pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos utilizados para se alcançar os objetivos propostos.

No quarto capítulo são descritos os resultados encontrados e sua análise, com o quinto,

e último capítulo, sendo o responsável por apresentar as conclusões, que engloba o cumprimento dos objetivos, limitações e sugestões para pesquisas futuras.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA

Para Farias *et al.* (2017), a contabilidade aplicada ao setor público corresponde à área da contabilidade que busca evidenciar as variações e os resultados apresentados pela administração pública, enquanto, Kohama (2016), entende a contabilidade pública como um dos ramos mais complexos da contabilidade, tendo por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os acontecimentos que afetam a situação orçamentária, financeira e patrimonial das organizações da administração pública.

Já para Andrade (2017), a contabilidade aplicada ao setor público tem como objeto o Patrimônio Público, sendo responsável por registrar, controlar e analisar tudo que acontece na administração do patrimônio de uma entidade pública, gerando informações sobre todas e quaisquer variações e composições do patrimônio do ente público. Esse entendimento vai de encontro com a mudança de enfoque da contabilidade pública, ocorrida após a adoção das novas normas aplicadas à área.

Nesse sentido, ocorreram várias mudanças importantes, mas a principal é que o objeto de estudo da contabilidade do setor público é o patrimônio. O orçamento deixa de ser o protagonista na administração pública, apesar de continuar exercendo papel relevante no controle político, administrativo e de planejamento do governo ao estabelecer a previsão das receitas e a fixação das despesas orçamentárias. (Feijó, 2012, p.15)

Ao longo dos anos a contabilidade pública vem evoluindo, com o intuito de melhorar cada vez mais o controle das finanças públicas. Neste contexto, a Lei nº 4.320/1964 foi o primeiro grande marco, ao estabelecer “importantes regras para propiciar o controle das finanças públicas, bem como a construção de uma administração financeira e contábil sólidas no País, tendo como principal instrumento o orçamento público” (MCASP, 2021).

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), por sua vez, trouxe inúmeros avanços às normas relativas ao orçamento, abordando os Instrumentos de planejamento, que são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Plano Plurianual, conforme Arruda, *et al.* (2009, p. 67) “corresponde ao plano de médio prazo, por meio do qual se procura ordenar as ações do governo que levem ao alcance dos objetivos e das metas fixados para um período de quatro anos”.

A Lei das Diretrizes Orçamentárias, segundo Andrade (2017), representa o planejamento operacional anual, estabelecendo aquilo que será prioridade, dentre as metas apresentadas no Plano Plurianual (para o ano em questão).

Já a Lei Orçamentária Anual “indica os recursos e as destinações, em termos de receitas e despesas” (Platt Neto, 2021, p. 157), e deve ser compatível com a LDO e o PPA.

Outros dois importantes marcos para a Contabilidade Pública no Brasil ocorreram neste século: a elaboração da Lei de responsabilidade Fiscal (LRF), que “pode ser conceituada como um código de conduta para os administradores públicos” (Platt Neto, 2021, p. 151), e tem como objetivo prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas” (Platt Neto, 2021, p. 151) e a criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), responsável pela elaboração e edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), inclusive, foi peça importante para a evolução da contabilidade pública ao trazer uma visão patrimonial para um setor que trabalhava, basicamente, aspectos orçamentários, financeiros e fiscais (Gomes, 2016).

### **2.1.1 Receitas Pública**

De modo geral, receitas públicas são todas as entradas de recursos para os cofres públicos, enquanto em uma ideia mais estrita apenas as receitas orçamentárias são consideradas como receita pública.

Segundo Neto (2021, p.95) as receitas orçamentárias “correspondem à arrecadação (ingresso) de recursos financeiros que poderão ser aplicados na realização de despesas orçamentárias”, com as receitas extraorçamentárias sendo 'proveniente de todo e qualquer ingresso feito no caixa do Setor Público, mas que não constitui renda do Estado e não integra o orçamento público" (Rosa, 2013, p.213). Além disso, o Manual Técnico de Orçamento (2023) aponta que as receitas orçamentárias geram disponibilidades para o erário, enquanto as receitas extraorçamentárias são apenas entradas compensatórias.

Quanto à classificação por categoria econômica, as receitas orçamentárias podem ser correntes ou de capital, sendo classificadas da seguinte forma no art 11º da Lei 4.320/64:

§ 1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos

financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.

De maneira complementar, o MTO (2023) aponta que as receitas correntes aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido”, enquanto as receitas extraorçamentárias, em contrapartida, não causam efeito no patrimônio líquido.

A segunda classificação trata da origem da receita. Quando são oriundas da exploração de bens de terceiros, são chamadas receitas derivadas. Quando são fruto da exploração do patrimônio do próprio Estado, são chamadas de originárias. E as de transferência são aquelas arrecadadas por um ente público e repassadas a outro (Crepaldi e Crepaldi, 2013).

Já com relação à regularidade, a receita pode ser ordinária e extraordinária. As receitas ordinárias estão previstas regularmente no orçamento e são recebidas como resultado da atividade do Estado, enquanto as receitas extraordinárias são geradas de maneira excepcional, em períodos que apresentem alguma anormalidade (Crepaldi e Crepaldi, 2013).

#### 2.1.1.1 Estágios da Receita

Conforme descrito no MCASP (2021), a receita orçamentária apresenta 4 etapas: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

##### 2.1.1.1.1 Previsão

A previsão é a primeira etapa da receita, que “compreende a previsão de arrecadação da receita orçamentária constante da Lei Orçamentária Anual (LOA)” (MCASP, 2021, p.60), ou seja, é nesta fase onde é feito todo o planejamento e estimativa da receita orçamentária, com base em normas técnicas e legais.

##### 2.1.1.1.2 Lançamento

Segundo Kohama (2016, p.85), lançamento “é o ato administrativo que o Poder Executivo utiliza, visando identificar e individualizar o contribuinte ou o devedor e os respectivos valores, espécies e vencimentos”, enquanto o art. 142 do CTN, cita que é nessa

etapa onde ocorre a verificação da ocorrência do fato gerador da obrigação, identificação do sujeito passivo, bem como a determinação da matéria tributável, e o valor do tributo.

#### **2.1.1.1.3 Arrecadação**

Corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente (MCASP, 2021, p.61). A fase da arrecadação é o momento em que o contribuinte comparece junto ao fisco para saldar seus débitos (Andrade, 2017). “É a efetiva entrega de moeda corrente para quitar guias de arrecadação” (Villarino, 2013, p.39).

#### **2.1.1.1.4 Recolhimento**

É o último estágio da receita, onde ocorre a “transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira” (MCASP, 2021, P.61), É nesse momento que o recurso financeiro finalmente fica a disposição da administração pública.

### **2.1.2 Despesa Pública**

Despesas Públicas, segundo Silva (2004), são todos os desembolsos efetuados pelo Estado para a manutenção dos serviços públicos, bem como os encargos assumidos para o interesse da comunidade. Sua divisão pode ser feita em 2 grandes grupos: orçamentárias e extraorçamentárias.

As despesas orçamentárias são àquelas que compõem o orçamento e necessitam de aprovação prévia para sua realização, enquanto as extraorçamentárias compreendem “determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios” (MCASP, 2021, p.77), e fazem parte do orçamento.

As despesas orçamentárias são classificadas em 2 categorias econômicas:

- a) Despesa Corrente: “São as despesas que não contribuem diretamente para a aquisição ou formação de bens de capital” (MCASP, 2021, p. 82), sendo compostas por Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras despesas correntes, conforme Neto (2021)
- b) Despesa de Capital: “São as despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de bens de capital.” (MCASP, 2021, p. 82). Dentro deste grupo aparecem os Investimentos, Inversões Financeiras, e Amortização da Dívida (Platt Neto, 2021).

### 2.1.2.1 Estágios da Despesa Orçamentária

A despesa orçamentária, segundo o MCASP (2021), apresenta 2 estágios, o planejamento e a execução.

#### 2.1.2.1.1 Planejamento

A parte de planejamento abrange tudo aquilo que é anterior à execução da despesa., e se subdivide em 4 partes, segundo (MCASP, 2021).

##### a) Fixação da despesa

Na fixação da despesa, ocorre a delimitação do valor máximo da despesa que vai compor o orçamento (Andrade, 2017)

##### b) Descentralizações de Créditos Orçamentários:

A descentralização/movimentação de créditos é a movimentação de parte do orçamento para que outra unidade administrativa execute (MCASP, 2021).

##### c) Programação orçamentária e financeira

A programação orçamentária e financeira “consiste na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e da arrecadação” (MCASP, 2021, p. 109).

##### d) Processo de Licitação e Contratação

Segundo o MCASP (2021), é o processo legal pelo qual o ente público adquire bens e serviços, dentre eles: comprar materiais e contratar obras públicas, observando as melhores condições para o Estado.

#### 2.1.2.1.2 Execução

O estágio de execução da despesa se subdivide em 4 etapas:

##### a) Empenho

Empenho, segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”, sendo formalizado mediante a emissão de uma Nota de Empenho, documento que apresenta dados importantes para o controle da execução orçamentária (MCASP, 2021).

## **b) Em liquidação**

Essa etapa foi inserida pelo PCASP com o intuito de evitar uma possível dupla contagem na apuração do passivo financeiro, visto que promove a separação das despesas empenhadas que possuem fato gerador daquelas que não têm. (MCASP, 2021),

## **c) Liquidação**

A fase de liquidação “consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito” (BRASIL, 1964), e busca identificar a origem e o objeto a ser pago, além do valor e destinatário da importância (MCASP, 2021). Segundo Vilarino (2013), esta etapa tem por objetivo confirmar a entrega do bem ou serviço ao ente público.

## **d) Pagamento**

É a última etapa da execução, quando o Estado promove a transferência do dinheiro ao credor (MCASP, 2021). Também é o último estágio da despesa pública, como um todo.

### **2.1.3 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público**

De acordo com Silva (2011), as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público representam relatórios elaborados ao final de cada exercício com o objetivo de fornecer informações úteis para a prestação de contas ou tomada de decisões, além de transparência quanto as contas públicas.

“Os relatórios contábeis instrumentalizam à adequada prestação de contas, ofertam transparência da gestão fiscal e seus resultados possibilitam aos diversos organismos de controle internos, externos e sociais, informações fidedignas sobre os resultados públicos.” Leal; Silveira; Maciel; Maciel, (2019, p. 4)

Enquanto, segundo RIBEIRO *et al.* (2019, p.10), “para se ter informações úteis, confiáveis e adequadas para as tomadas de decisões os gestores públicos utilizam as análises das demonstrações contábeis do setor público”, dessa maneira as informações ficam mais acessíveis também para os usuários externos.

De acordo com a NBC TSP 16.6 (R1), as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público a serem elaboradas e divulgadas são:

Balanco Orçamentário;

Balanço Financeiro;  
Balanço Patrimonial;  
Demonstração das Variações Patrimoniais;  
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e.  
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Nesta pesquisa, são abordadas as quatro primeiras (Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais)

#### 2.1.3.1 Balanço Orçamentário (BO):

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o balanço orçamentário promove o confronto das receitas e despesas previstas com as realizadas. Para a aplicação de valores, o exercício financeiro é composto pelas receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

Já para Bezerra Filho (2015) no Balanço Orçamentário são evidenciadas, as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, bem como a comparação entre o executado e o previsto, além do próprio resultado orçamentário.

Portanto, a análise desta demonstração “possibilita a visualização e controle do cumprimento das determinações e especificações da LOA e apresenta indicadores que darão suporte à gestão orçamentária” (Araújo, 2019, p. 34)

No tópico a seguir será tratado de outra demonstração contábil dos entes públicos.

#### 2.1.3.2 Balanço Financeiro (BF)

De acordo com o previsto na Lei 4.320/64, o balanço financeiro demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Conforme Silva (2015), se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorre superávit; caso contrário, ocorre déficit. Outra maneira de se calcular o resultado financeiro do período é calculando a diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

Dessa forma, “o Balanço Financeiro apresenta as informações da execução orçamentária e da movimentação financeira ocorrida no exercício, evidenciando o aumento ou

diminuição dos recursos financeiros” (IGNÁCIO; GOULARTE, 2021, p.82).

No próximo tópico, será tratado de outra demonstração aplica ao setor público, o Balanço Patrimonial.

#### 2.1.3.3 Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil que apresenta os bens, direitos e obrigações pertencentes a uma entidade numa determinada data. “Por meio da diferença entre o ativo (bens e direitos) e o passivo exigível (obrigações), o BP evidencia a situação líquida da entidade” (Platt Neto, 2021, p.128). Caso o ativo seja maior do que o passivo, teremos superávit. Na situação inversa (passivo maior que ativo), temos um déficit.

Na visão do MCASP, o Balanço Patrimonial apresenta o Ativo Circulante, o Ativo Não Circulante, o Passivo Circulante, o Passivo Não Circulante e o Patrimônio Líquido. Enquanto o artigo 105 da Lei nº 4.320/1964, que separa o Ativo e Passivo de acordo com a dependência de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem, concedendo viés orçamentário ao Balanço Patrimonial (Da Silva, 2023). Caso haja necessidade de autorização, o ativo e passivo serão classificados como permanente, entretanto, se não houver essa dependência, ativo e passivo serão considerados como financeiro.

O tópico subsequente é responsável por fazer a explanação do último demonstrativo público tratado nesta pesquisa, a Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### 2.1.3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial, por meio do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (que aumentam o patrimônio líquido) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (que diminuem o patrimônio líquido) (STN, 2016)

Dessa forma, a Demonstração das Variações Patrimoniais permite analisar como as políticas adotadas pela administração pública provocaram alterações no patrimônio público, com intuito de atender às demandas da sociedade (BRASIL, 2019). Outro assunto a ser abordado neste referencial teórico são a análise vertical e horizontal, tema do tópico seguinte.



#### 2.1.4 Análise Vertical e Horizontal

É uma técnica que permite conhecer os detalhadamente as demonstrações contábeis (Matarazzo, 2003), medindo a composição e a evolução das contas de ativos, passivos e de resultado.

A análise vertical é uma técnica de análise financeira que envolve a comparação dos itens do demonstrativo financeiro de uma empresa em relação a um item de referência, geralmente a receita total ou o total do ativo. Essa análise é feita em forma de percentagens, onde cada item é expresso como uma proporção do item de referência (AVELINO (2022); BUGARIO, HAHN (2021)).

A análise vertical permite avaliar a estrutura relativa dos demonstrativos financeiros de uma empresa, identificando a proporção de cada item em relação ao todo. Ela ajuda a identificar mudanças significativas na composição dos demonstrativos financeiros ao longo do tempo, bem como comparar diferentes empresas dentro do mesmo setor ou a mesma empresa em diferentes períodos (MONTHAY, *et al*, 2022, MARTINS (2020); PEREIRA e BASÍLIO, 2023).

A análise horizontal, por outro lado, é uma técnica de análise financeira que envolve a comparação dos dados financeiros de uma empresa ao longo de diferentes períodos de tempo. Ela é usada para identificar tendências, padrões ou mudanças no desempenho financeiro de uma empresa ao longo do tempo. (AVELINO (2022); BUGARIO, HAHN (2021)).

Na análise horizontal, os dados financeiros são comparados lado a lado, geralmente em forma de valores absolutos ou percentuais, para identificar mudanças ou variações nas demonstrações financeiras em relação a períodos anteriores. Isso pode ser feito com demonstrações financeiras como o balanço patrimonial, a demonstração de resultado do exercício (DRE) e o fluxo de caixa (MONTHAY, *et al*, 2022, MARTINS (2020); PEREIRA e BASÍLIO, 2023).

## 2.2 ESTUDOS RELACIONADOS

Com a necessidade de melhora na gestão dos recursos públicos, a contabilidade pública tem ganhado mais destaque. Nesse sentido, a análise dos demonstrativos contábeis aplicados ao setor público se torna ainda mais importante para melhorar a transparência e a tomada de decisão.

No Quadro 1 são apresentados trabalhos anteriores, que apresentam similaridades com esta pesquisa.

Quadro 1: Trabalhos relacionados

(Continua)

<b>Autor (ano)</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Método</b>	<b>Resultados</b>
Alaniz (2017)	Tem como objetivo analisar os indicadores de demonstrações contábeis do município de Florianópolis no período de 2013 a 2016, utilizando índices do Manual da Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) de 2012 e quocientes expressos por Kohama (2011) .	A pesquisa pode ser classificada como quantitativa descritiva, sendo que para a coleta dos dados foi utilizada a técnica de pesquisa documental, visto que os mesmos foram extraídos diretamente das demonstrações do município. A partir dos dados coletados, foi calculado as análises horizontal e vertical, e os índices dos períodos, com a análise dos resultados sendo feita através da comparação.	Os dados analisados apresentaram uma variação em grande parte dos índices calculados, existindo indícios de alta taxa de inadimplência, equilíbrio no orçamento e déficit na situação financeira. Também foi possível perceber que não houve uma crescente na maioria dos indicadores, durante o período analisado.
Araujo (2019)	Analisar as demonstrações contábeis de dois municípios do Centro Oeste mineiro, no período de 2016 a 2018, com o intuito de comparar a situação orçamentária, financeira e patrimonial dos mesmos.	Esta pesquisa apresenta como unidades de análise duas prefeituras localizadas no Centro-Oeste de Minas Gerais. Os dados primários, que são os demonstrativos contábeis de 2016 a 2018, foram obtidos no portal fiscalizando com o TCE, do TCE-MG. Já para o tratamento dos dados quantitativos, foi realizado o cálculo dos indicadores das duas prefeituras, baseando-se nos demonstrativos contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais. Já para a análise dos resultados obtidos, foi utilizada análise contábil e a técnica de triangulação de dados.	Os resultados percebidos sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos municípios estudados são parecidos, ou seja, os resultados estão compatíveis entre as duas prefeituras. No quociente da situação financeira a prefeitura A levou vantagem em relação à prefeitura B, enquanto no quociente do resultado patrimonial foi o inverso.
Carneiro (2014)	Realizar uma análise dos indicadores econômicos e financeiros da Prefeitura de Carmo do Paranaíba, no período de 2011 a 2013.	A pesquisa foi realizada através de pesquisa bibliográfica e documental. Os dados foram recolhidos junto ao setor contábil da Prefeitura Municipal (através das demonstrações). Após a coleta, os dados foram tabulados no software Excel, com o resultado dos indicadores sendo analisado para verificar o desempenho no período.	Constatou que a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba apresentou bons índices nos indicadores do Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário

Quadro 1: Trabalhos relacionados

(Continuação)

Autor (ano)	Objetivo	Método	Resultados
Santos (2013)	Analisar a situação patrimonial, financeira e orçamentária do município de Patos de Minas-MG, durante os anos de 2007 a 2012.	O estudo foi realizado mediante uma pesquisa bibliográfica e documental, e apresenta uma abordagem quantitativa. Os dados foram coletados dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial da prefeitura de Patos de Minas, no período de 2007 a 2012 (disponibilizados pelo setor contábil da prefeitura de Patos de Minas). Após a coleta dos dados foi realizado o cálculo dos indicadores para análise, tendo como referência a metodologia desenvolvida por Kohama (2006a). Após a obtenção dos resultados, foi realizada a análise dos indicadores, com intuito de verificar o comportamento no período.	No trabalho pode-se perceber um desequilíbrio na relação entre a receita estimada e arrecadada, também na relação entre a despesa orçada e realizada. Entretanto o município apresentou resultado positivo na execução orçamentária e na situação financeira, mesmo com o déficit na execução de capital.
Leal; Silveira; Maciel; Maciel, M.N.O.(2019)	Analisar a performance orçamentária, financeira e patrimonial dos municípios paraenses nos anos de 2015 e 2016.	O método utilizado foi o da pesquisa empírico-analítico, de classificação descritiva com características bibliográfica e documental e abordagem quantitativa. Os dados foram coletados e tabulados a partir de relatórios contábeis, disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA), tratados pelos pesquisadores como fonte de informações para responder à questão de pesquisa.	Os resultados indicaram que nos municípios do estado do Pará, em torno de 40,2% em 2015 e 41,6% em 2016, apresentam desempenho “regular”. Em um único caso (município de Primavera em 2015) houve classificação de ótima performance, indicando uma possível necessidade dos municípios paraenses equilibrarem suas contas para melhorar suas performances.
Ribeiro; Pavão; Neumann; Mattiello (2023)	Tem como objetivo investigar a evolução das finanças municipais da Região Metropolitana de Maringá entre 2014 e 2020, a partir das técnicas de análise vertical e horizontal.	Os procedimentos metodológicos empregados classificam-se como pesquisa aplicada, com uma abordagem mais qualitativa e uma pesquisa documental com levantamento de dados, com informações secundárias e um ambiente de campo para o estudo, além de utilizar o fator ex -post facto. A amostra contempla vinte e sete municípios e o período de análise compreende os anos 2014 a 2020. Os fundamentos teóricos abordam a contabilidade governamental e seus demonstrativos, bem como a técnica de análise das demonstrações contábeis aplica ao setor público.	Os resultados apontaram equilíbrio e uma crescente evolução nos indicadores em todos os municípios, excetuando-se alguns que, em anos específicos, tiveram um piora nos indicadores, fato que revela não haver destaques ou supremacia na excelência de gestão; os municípios tem seguindo um padrão de aumentar os ativos a longo prazo para gerar um maior poder de comprar.

Quadro 1: Trabalhos relacionados

(Conclusão)

<b>Autor (ano)</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Método</b>	<b>Resultados</b>
Ignácio; Goularte (2021)	O objetivo da pesquisa é analisar a situação econômico-financeira a do município de Sant'Ana do Livramento, do Rio Grande do Sul, a partir das demonstrações contábeis referentes ao período de 2015 a 2019.	Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, descritiva, de abordagem quantitativa, por meio de levantamento de dados secundários. A técnica utilizada para coleta de dados foi a pesquisa documental, e a técnica de análise dos dados foi a análise interpretativa. O processo de análise econômico-financeira partiu da coleta dos dados das Demonstrações Contábeis consolidadas. Após essa fase foram calculados os indicadores.	Verificou-se através deste estudo que nenhum dos indicadores analisados apresentou resultados eficientes, ou seja, foi possível observar que o município no decorrer dos anos de 2015 a 2019, contraiu dívidas. Também foi possível observar o surgimento de um passivo a descoberto e um déficit na execução do orçamento.

Fonte: Produzido pelo Autor

Dentre estes trabalhos pode-se destacar a pesquisa de Alaniz (2017), que por apresentar objetivo e técnicas semelhantes, pode servir como fonte de comparação, para análise da evolução da situação financeira e econômica do município de Florianópolis.

### 3 METODOLOGIA

Esta seção tem como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos utilizado desenvolvimento da pesquisa, assim como sua classificação.

#### 3.1 ENQUADRAMENTO DA PESQUISA

Quanto à abordagem, esta pesquisa se enquadra como qualitativa pois, mesmo sendo feito o cálculo dos quocientes, a análise dos resultados foi feita por meio de interpretações, sem a utilização de métodos estatísticos. Segundo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), a pesquisa do tipo qualitativa se preocupa em aprofundar a compreensão sobre um grupo social, uma organização, etc.

A natureza da pesquisa é classificada como aplicada, já que não se limita a gerar apenas contribuição teórica, mas também algum tipo de riqueza. A pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos”. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Agora, quanto aos objetivos, a presente pesquisa é do tipo descritiva, pois busca descrever a situação das contas públicas de Florianópolis no período analisado por meio de suas demonstrações contábeis.

Segundo Gil (2022), esse tipo de pesquisa tem por objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno. Enquanto para Gressler (2003), “a pesquisa descritiva não se resume a uma mera tabulação de dados; requer um elemento interpretativo que se apresenta combinando, muitas vezes, comparação, contraste, mensuração, classificação, interpretação e avaliação”.

#### 3.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Quanto aos instrumentos, a técnica utilizada foi a pesquisa documental, tendo em vista que o levantamento dos dados foi feito diretamente dos documentos públicos. No caso, os documentos utilizados foram as demonstrações contábeis do município analisado, dentre elas: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; e Demonstração das Variações Patrimoniais, e o Plano Plurianual 2018-2021.

A pesquisa documental, segundo Gil (2022), é bastante semelhante a pesquisa bibliográfica, apresentando como diferença o fato de utilizar documentos que não passaram por qualquer tratamento analítico, podendo, portanto, ser moldados de acordo com as necessidades da pesquisa.

### 3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados foi feita por meio das demonstrações contábeis do município de Florianópolis (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais) e o Plano Plurianual referentes aos anos de 2018 a 2021, que foram disponibilizados na página digital da prefeitura.

Após a fase de coleta, os dados foram transportados diretamente para planilhas, onde foram calculados os indicadores previstos no Manual da Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e Kohama (2015), e as análises vertical e horizontal. Então, os resultados obtidos foram apresentados em forma de quadros e tabelas, com o intuito de promover a comparação entre diferentes anos, e identificar a existência de um padrão ou tendência.

Nos quadros abaixo serão apresentados os Quocientes usados para cada demonstração, bem como sua fórmula de cálculo e interpretação.

Para o caso do Balanço Orçamentário, são indicados os seguintes indicadores (Quadro 2):

Quadro 2: Indicadores para o Balanço Orçamentário

(Conctinua)

<b>Quociente</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Interpretação</b>
Execução da Receita	receita realizada / previsão inicial	= 1: indica que o valor das receitas realizadas no período foi igual à previsão do orçamento; >1: indica que houve arrecadação maior do que o esperado, já que a receita realizada superou a previsão inicial; <1: indica que a arrecadação foi menor do que a previsão, visto que a receita realizada não atingiu o valor inicialmente previsto.
Equilíbrio Orçamentário	dotação atualizada / previsão inicial	= 1: indica situação de equilíbrio orçamentário em que a dotação atualizada (despesa) teve o mesmo montante da previsão de receitas; >1: indica que o valor da dotação atualizada é superior à receita prevista, sendo a diferença o montante de créditos adicionais abertos; <1: indica que a dotação atualizada da despesa a é menor que a receita prevista, indicando que o orçamento foi aprovado com superávit.
Cobertura de Créditos Adicionais	excesso de arrecadação / créditos adicionais abertos	= 1: o excesso de arrecadação foi igual aos créditos adicionais abertos, ou seja, todo o excesso de arrecadação foi utilizada para cobrir os créditos adicionais abertos; > 1: indica um excesso de arrecadação maior do que o valor dos créditos adicionais abertos, ou seja, o excesso de arrecadação foi suficiente para cobrir o montante de créditos adicionais abertos e ainda houve sobras ; <1: indica que o excesso de arrecadação é menor do que os créditos adicionais abertos, permitindo saber quanto dos créditos adicionais abertos não utilizaram a cobertura do excesso de arrecadação.

Quadro 2: Indicadores para o Balanço Orçamentário

(Conclusão)

Quociente	Fórmula	Interpretação
Execução Orçamentária Corrente	receita corrente / despesa corrente	= 1: existe uma situação de equilíbrio, onde a receita corrente teve mesmo valor que as despesas correntes; > 1: indica que as receitas correntes realizadas foram maiores do que despesas correntes empenhadas, permitindo que parte da despesa corrente seja utilizada no pagamento de despesas de capital; <1: indica uma situação desfavorável, já que a receita corrente realizada não foi suficiente para cobrir a despesa corrente empenhada.
Execução Orçamentária de Capital	receita de capital / despesa de capital	= 1: demonstra que a receita de capital arrecadada no exercício foi igual à despesa de capital empenhada; >1 receita de capital realizada maior do que a despesa de capital empenhada, demonstrando que parte da receita de capital não será usada para cobrir as despesas de capital empenhadas, o que não é desejável.; <1: receita de capital realizada menor do que a despesa de capital empenhada, demonstrando que a receita de capital realizada não será suficiente para cobrir as despesas de capital empenhadas no exercício, tendo que recorrer à receita corrente.
Execução da Despesa	despesa empenhada / dotação atualizada	= 1: indica que todo o montante autorizado para despesas do período foi empenhado; >1: indica que a despesa empenhada foi superior à dotação atualizada, logo, houve empenho de despesas maior do que o autorizado; <1, é o resultado mais comum, indicando que não houve execução de toda despesa autorizada (montante da despesa empenhada inferior ao montante da dotação atualizada) .
Resultado Orçamentário	receita realizada / despesa empenhada	= 1: resultado orçamentário em equilíbrio, onde as despesas foram empenhadas exatamente no mesmo montante em que foram realizadas as receitas; >1: indica superávit no orçamento, já que as receitas realizadas superam as despesas empenhadas; <1: indica situação deficitária no orçamento, visto que a despesa empenhada foi superior ao valor arrecadado de receitas.

Fonte: Adaptado de Kohama (2015)

Já para o Balanço Financeiro, temos os seguintes indicadores (Quadro 3):

Quadro 3: Indicadores para o Balanço Financeiro

(Continua)

Quociente	Fórmula	Interpretação
Execução Orçamentária	receita orçamentária / despesa orçamentária	= 1: demonstra que a receita orçamentária foi igual à despesa orçamentária; >1: a receita orçamentária foi maior que a despesa orçamentária, configurando um superávit orçamentário na execução e na movimentação financeira; <1: a receita orçamentária foi menor que a despesa orçamentária, configurando um déficit orçamentário na execução e movimentação financeira.
Financeiro Real da Execução Orçamentária	receita orçamentária / despesa orçamentária paga	= 1: indica que há um equilíbrio na execução orçamentária e financeira ; >1: representa superávit orçamentário e financeiro, pois as receitas orçamentárias excederam as despesas orçamentárias pagas; <1: evidencia que as receitas recebidas não foram suficientes para pagamento de todas as despesas orçamentárias,

Quadro 3: Indicadores para o Balanço Financeiro

(Conclusão)

Quociente	Fórmula	Interpretação
Execução Orçamentária	receita orçamentária / despesa orçamentária	= 1: demonstra que a receita orçamentária foi igual à despesa orçamentária; >1: a receita orçamentária foi maior que a despesa orçamentária, configurando um superávit orçamentário na execução e na movimentação financeira; <1: a receita orçamentária foi menor que a despesa orçamentária, configurando um déficit orçamentário na execução e movimentação financeira.
Financeiro Real da Execução Orçamentária	receita orçamentária / despesa orçamentária paga	= 1: indica que há um equilíbrio na execução orçamentária e financeira ; >1: representa superávit orçamentário e financeiro, pois as receitas orçamentárias excederam as despesas orçamentárias pagas; <1: evidencia que as receitas recebidas não foram suficientes para pagamento de todas as despesas orçamentárias,
Quociente da Execução Extraorçamentária	receita extraorçamentária / despesa extraorçamentária	= 1:demonstra que a receita extraorçamentária foi igual à despesa extraorçamentária; > 1: indica que a receita extraorçamentária foi maior que a despesa extraorçamentária; <1: indica que a receita extraorçamentária foi menor que a despesa extraorçamentária.
Resultado da Execução Financeira	receita orçamentária + extraorçamentária / despesa orçamentária + extraorçamentária	=1: apresenta um equilíbrio entre o total de recebimentos e pagamentos do período; >1: indica que o total de receitas orçamentárias e extraorçamentárias foi superior ao total das despesas, logo há um superávit financeiro; <1: conclui-se que a soma dos recebimentos do período foi inferior à soma dos pagamentos, portanto, existe um déficit financeiro.
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	saldo que passa para o exercício seguinte / saldo do exercício anterior	= 1: demonstra que o saldo que passa para o exercício seguinte foi igual ao saldo do exercício anterior; >1: o saldo que passa para o exercício seguinte foi maior que o saldo do exercício anterior, ou seja, os recebimentos do período foram maiores do que os pagamentos (superávit financeiro); <1: o saldo que passa para o exercício seguinte foi menor que o saldo do exercício anterior, ou seja, os pagamentos do período foram superiores aos recebimentos (déficit financeiro).

Fonte: Adaptado de Kohama (2015)

Para o Balanço Patrimonial, são apontados 7 indicadores, conforme o Quadro 4:

Quadro 4: Indicadores para o Balanço Patrimonial

(Continua)

Quociente	Fórmula	Interpretação
Situação Financeira	ativo financeiro / passivo financeiro	= 1: demonstra que o ativo financeiro é igual ao passivo financeiro; >1: o ativo financeiro é maior que o passivo financeiro, configurando um excesso de recursos financeiros com relação ao passivo financeiro; <1: o ativo financeiro é menor que o passivo financeiro, configurando uma insuficiência de recursos disponíveis para cobrir as obrigações financeiras de curto prazo.
Situação Permanente	ativo permanente / passivo permanente	= 1: demonstra que o ativo permanente é igual ao passivo permanente; >1: o ativo permanente é maior do que o passivo permanente, indicando que os bens, créditos e valores de caráter permanente tem valor superior às obrigações de caráter permanente; <1: o ativo permanente é menor do que o passivo permanente, portanto, a soma dos bens, créditos e valores de caráter permanente não são suficientes para cobrir as obrigações de caráter permanente.



Quadro 4: Indicadores para o Balanço Patrimonial

(Conclusão)

Quociente	Fórmula	Interpretação
Resultado Patrimonial	ativo total / passivo total	= 1: demonstra que a soma do ativo total é igual à soma do passivo total; >1: a soma do ativo é maior do que a soma do passivo, portanto, a soma de bens e direitos é superior ao total das obrigações; <1: a soma do ativo é menor que a soma do passivo, indicando que a soma das obrigações é maior do que o valor de bens e direitos.
Liquidez Imediata	disponibilidades / passivo circulante	= 1: valor das disponibilidades é igual ao passivo circulante; >1: indica que o valor das disponibilidades é superior ao valor do passivo circulante, logo, existem recursos disponíveis suficientes para pagar as obrigações de curto prazo; <1: demonstra que o valor das disponibilidades é inferior ao valor do passivo circulante, ou seja, os recursos financeiros disponíveis são insuficientes para cobrir as obrigações de curto prazo.
Liquidez Corrente	ativo circulante / passivo circulante	= 1: ativo circulante é igual ao passivo circulante; >1: soma do ativo circulante é maior do que a soma do passivo circulante, indicando que existem recursos disponíveis ou realizáveis a curto prazo suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo; <1: soma do ativo circulante é menor do que a soma do passivo circulante, indicando que os recursos disponíveis ou realizáveis a curto prazo são menores do que os compromissos de curto prazo.
Liquidez Geral	ativo circulante + ativo realizável a longo prazo / passivo circulante + passivo não circulante	= 1: soma do ativo circulante e realizável a longo prazo é igual a soma do passivo; >1 indica que a soma do ativo circulante com o ativo realizável a longo prazo é maior do que o passivo total, portanto, o valor dos recursos disponíveis, mais os bens e direitos realizáveis a longo prazo são superiores ao valor das obrigações ; <1: indica que a soma do ativo circulante com o ativo realizável a longo prazo é menor do que o passivo total, logo, o valor dos recursos disponíveis, mais os bens e direitos realizáveis a longo prazo é inferior ao valor total dos compromissos.
Composição do Endividamento	passivo circulante / passivo circulante + passivo não circulante	= 1: demonstra que o passivo circulante é igual ao total do passivo; >1: indica que o passivo circulante é maior do que a soma do passivo circulante com o não circulante, cenário esse, impossível de acontecer; <1: indica que o passivo circulante é menor do que a soma total do passivo, indicando o percentual que as obrigações de curto prazo representam em relação à dívida total.

Fonte: Adaptado de Kohama (2015)

Para a Demonstração das Variações Patrimoniais, são previstos os seguintes indicadores (Quadro 5)

Quadro 5: Indicadores para a Demonstração das Variações Patrimoniais

(Continua)

Quociente	Fórmula	Interpretação
Ganhos e Perdas de Ativos	valorização e ganhos com ativos / desvalorização e perdas de ativos	= 1: a soma da valorização e ganhos com ativos foi igual à desvalorização e perdas de ativos; >1: a soma da valorização e ganhos com ativos foi superior à desvalorização e perdas de ativos; <1: a soma da valorização e ganhos com ativos foi menor do que a desvalorização e perdas de ativos.

Quadro 5: Indicadores para a Demonstração das Variações Patrimoniais

(Conclusão)

Quociente	Fórmula	Interpretação
Resultado das Variações Patrimoniais	total das variações patrimoniais aumentativas / total das variações patrimoniais diminutivas	<p>= 1: demonstra que o total das variações patrimoniais aumentativas foi igual ao total das variações patrimoniais diminutivas;</p> <p>&gt;1: o total das variações patrimoniais aumentativas foi maior do que o total das variações patrimoniais diminutivas, logo, existe “superávit” nessa relação;</p> <p>&lt;1: o total das variações patrimoniais aumentativas foi menor do que o total das variações patrimoniais diminutivas, configurando um “déficit” nessa relação.</p>

Fonte: Adaptado de Kohama (2015)

## 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar os resultados obtidos na execução desta pesquisa.

### 4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O presente tópico apresenta, por meio de quadros e tabelas, os resultados dos quocientes e das análises vertical e horizontal, encontrados a partir de dados extraídos do balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais do município de Florianópolis/SC referentes aos exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021.

#### 4.1.1 Análise Vertical

A análise de estrutura ou vertical possibilita a análise da estrutura de composição de determinados grupos ou subgrupos de resultado de períodos.

Tabela 1: Análise das receitas correntes do Balanço Orçamentário – 2018, 2019, 2020 e 2021

(Continua)

	2018		2019		2020		2021	
	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>1.717.640.454,20</b>	<b>100,00 %</b>	<b>2.052.031.175,80</b>	<b>100,00 %</b>	<b>2.168.565.315,78</b>	<b>100,00 %</b>	<b>2.340.330.203,95</b>	<b>100,00 %</b>
Receita Tributária	936.987.623,12	54,55 %	1.012.179.573,30	49,33%	1.032.054.387,32	47,59 %	1.217.716.407,86	52,03 %
Receitas de Contribuições	101.058.431,55	5,88%	284.469.002,73	13,86%	290.572.990,71	13,40 %	242.656.265,33	10,37 %
Receita Patrimonial	23.884.923,95	1,39%	47.124.620,63	2,30%	9.562.956,37	0,44%	19.526.386,52	0,83%
Receita Agropecuária	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Receita Industrial	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Receita de Serviços	78.267,07	0,00%	1.807.220,83	0,09%	1.646.290,20	0,08%	1.230.450,63	0,05%

Tabela 1: Análise das receitas correntes do Balanço Orçamentário – 2018, 2019, 2020 e 2021

(Conclusão)

	2018		2019		2020		2021	
	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)
Transferências Correntes	618.121.242,50	35,99%	656.501.375,24	31,99%	797.764.222,53	36,79%	814.417.061,51	34,80%
Outras Receitas Correntes	37.509.966,01	2,18%	49.949.383,07	2,43%	36.964.468,65	1,70%	44.783.632,10	1,91%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

As receitas correntes apresentam valor de destaque no Balanço Orçamentário, visto (Tabela 1) que representam grande parte de todas as receitas arrecadadas pelo município de Florianópolis. Suas principais contas são Receitas Tributárias e Transferências Correntes, que representam, juntas, mais de 80% do grupo ao longo de todos os anos analisados.

Tabela 2: Análise das receitas de capital do Balanço Orçamentário – 2018, 2019, 2020 e 2021

	2018		2019		2020		2021	
	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)
<b>Receitas de Capital</b>	<b>44.862.956,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>120.089.210,78</b>	<b>100,00%</b>	<b>146.614.957,65</b>	<b>100,00%</b>	<b>108.502.000,26</b>	<b>100,00%</b>
Operações de Crédito	22.590.057,46	50,35%	112.692.456,55	93,84%	133.504.348,54	91,06%	91.015.194,32	83,88%
Alienação de Bens	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	575.836,75	0,53%
Amortização de Empréstimos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Transferências de Capital	22.272.899,52	49,65%	7.396.754,23	6,16%	13.110.609,11	8,94%	16.910.969,19	15,59%
Outras Receitas de Capital	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Já as receitas de capital (Tabela 2) representam um valor bem mais modesto (quando comparado às receitas correntes). No ano de 2018, as contas de Operações de crédito e Transferências de Capital dividiam, quase igualmente, o saldo do grupo. Entretanto, a partir de 2019, houve uma mudança na composição do grupo, com as Operações de crédito passando a representar quase a totalidade das receitas de capital.

Tabela 3: Análise das despesas correntes do Balanço Orçamentário – 2018, 2019, 2020 e 2021

	2018		2019		2020		2021	
	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)
Despesas Correntes	<b>1.610.095.369,61</b>	<b>100,00 %</b>	<b>1.762.084.007,05</b>	<b>100,00 %</b>	<b>1.781.487.165,81</b>	<b>100,00 %</b>	<b>2.036.400.517,72</b>	<b>100,00 %</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.026.971.623,55	63,78%	1.089.601.764,41	61,84%	1.160.336.441,76	65,13%	1.203.805.119,23	59,11%
Juros e Encargos da Dívida	6.226.199,67	0,39%	8.550.200,00	0,49%	10.796.523,07	0,61%	20.054.424,97	0,98%
Outras Despesas Correntes	576.897.546,39	35,83%	663.932.042,64	37,68%	610.354.200,98	34,26%	812.540.973,52	39,90%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O grupo de despesas correntes (Tabela 3), assim como as receitas de mesma natureza, apresentou estabilidade em sua estrutura entre 2018 e 2021. O grande destaque ficou por conta das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que, em todos os exercícios analisados, apresentou valor superior a 1 bilhão de Reais.

Tabela 4: Análise das despesas de capital do Balanço Orçamentário – 2018, 2019, 2020 e 2021

	2018		2019		2020		2021	
	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)	Valor (R\$)	AV (%)
<b>Despesas de Capital</b>	<b>212.643.789,51</b>	<b>100,00 %</b>	<b>280.256.843,14</b>	<b>100,00 %</b>	<b>260.246.060,42</b>	<b>100,00 %</b>	<b>254.240.999,61</b>	<b>100,00 %</b>
Investimentos	123.071.812,20	57,88%	216.516.531,23	77,26%	193.100.386,17	74,20%	165.477.659,70	65,09%
Inversões Financeiras	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Amortização da Dívida	89.571.977,31	42,12%	63.740.311,91	22,74%	67.145.674,25	25,80%	88.763.339,91	34,91%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Essencialmente, as despesas de capital mantiveram mesma base ao longo dos anos, com os Investimentos sendo a conta de maior destaque no grupo. Em 2018, os investimentos representavam 57,88% de todas as despesas de capital, com a conta de Amortização de dívida sendo responsável pelos 42,12% restantes. Já em 2019 e 2020, os investimentos representaram mais de 70% do grupo, fechando 2021 com uma representatividade de 65,09%,

contra, apenas, 34,91%, da conta Amortização de Dívida, como se visualiza na Tabela 4

Tabela 5: Análise ativo – Balanço Patrimonial 2018, 2019, 2020 e 2021

	2018		2019		2020		2021	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	Valor R\$)	AV (%)	Valor R\$)	AV (%)	Valor R\$)	AV (%)	Valor R\$)	AV (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	170.359.242,76	25,55 %	188.659.782,27	26,70 %	347.283.399,10	38,24 %	379.048.990,84	48,65 %
Créditos a Curto Prazo	262.992.668,88	39,44 %	300.585.313,78	42,54 %	359.152.247,52	39,54 %	211.258.840,67	27,11 %
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	212.057.936,81	31,80 %	202.606.917,83	28,67 %	193.341.918,74	21,29 %	183.326.125,38	23,53 %
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	19.550.022,43	2,93%	12.445.427,29	1,76%	5.229.520,45	0,58%	2.848.942,23	0,37%
Estoques	1.546.775,27	0,23%	1.663.509,28	0,24%	2.172.176,14	0,24%	2.175.521,42	0,28%
Ativo Não Circulante Mantido Para Venda	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	271.875,54	0,04%	663.701,36	0,09%	1.071.024,26	0,12%	544.670,33	0,07%
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>666.778.521,69</b>	<b>100,00 %</b>	<b>706.624.651,81</b>	<b>100,00 %</b>	<b>908.250.286,21</b>	<b>100,00 %</b>	<b>779.203.090,87</b>	<b>100,00 %</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>								
Ativo Realizável a Longo Prazo	851.435.365,15	57,72 %	945.345.179,45	53,11 %	1.059.978.020,58	51,05 %	1.339.463.652,40	53,45 %
Investimentos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Imobilizado	623.690.239,14	42,28 %	834.457.678,27	46,88 %	1.015.430.257,93	48,91 %	1.165.316.338,49	46,50 %
Intangível	61.857,00	0,00%	61.857,00	0,00%	841.008,00	0,04%	1.241.217,00	0,05%
Diferido	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>1.475.187.461,29</b>	<b>100,00 %</b>	<b>1.779.864.714,72</b>	<b>100,00 %</b>	<b>2.076.249.286,51</b>	<b>100,00 %</b>	<b>2.506.021.207,89</b>	<b>100,00 %</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

No ativo circulante (Tabela 5), foi observado a predominância de 3 contas ao longo dos 4 anos de análise: Caixa e Equivalentes de Caixa; Créditos a Curto Prazo; e Demais

Créditos e Valores a Curto Prazo. O destaque fica por conta do Caixa e Equivalentes de Caixa, que representavam 25,55% do grupo em 2018, mas finalizaram 2021 com um saldo equivalente a 48,65% do total.

A estrutura do ativo não circulante teve sua base mantida, com o ativo realizável a longo prazo e o imobilizado sendo responsáveis por quase totalidade do grupo. Em 2021, os ativos realizáveis a longo prazo representavam 53,45% do saldo total do grupo, enquanto o imobilizado apresentou um percentual de 46,50%.

Tabela 6: Análise passivo – Balanço Patrimonial 2018, 2019, 2020 e 2021

(Continua)

PASSIVO CIRCULANTE	2018		2019		2020		2021	
	Valor R\$)	AV (%)	Valor R\$)	AV (%)	Valor R\$)	AV (%)	Valor R\$)	AV (%)
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	214.160.832,02	43,21%	117.548.215,32	28,30%	195.308.164,44	44,93%	120.852.143,52	34,61%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	14.496.890,94	2,93%	39.774.336,48	9,58%	48.160.032,46	11,08%	46.587.265,30	13,34%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	125.161.312,16	25,26%	127.844.255,62	30,78%	79.178.944,46	18,22%	74.346.646,55	21,29%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	25.995,02	0,01%	350.315,05	0,08%	40.406,33	0,01%	831.850,29	0,24%
Transferências fiscais a curto prazo	-	-	-	-	-	-	0	0,00%
Provisões a Curto Prazo	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	141.736.795,32	28,60%	129.788.611,65	31,25%	111.998.712,85	25,77%	106.529.559,56	30,51%
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>495.581.825,46</b>	<b>100,00%</b>	<b>415.305.734,12</b>	<b>100,00%</b>	<b>434.686.260,54</b>	<b>100,00%</b>	<b>349.147.465,22</b>	<b>100,00%</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>								

Tabela 6: Análise passivo – Balanço Patrimonial 2018, 2019, 2020 e 2021

(Concusão)

PASSIVO CIRCULANTE	2018		2019		2020		2021	
	Valor R\$)	AV (%)	Valor R\$)	AV (%)	Valor R\$)	AV (%)	Valor R\$)	AV (%)
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo	502.026.990,93	10,36%	501.253.924,70	8,72%	401.463.283,92	6,40%	396.489.180,75	6,60%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	181.928.361,14	3,75%	246.869.734,23	4,30%	404.805.651,01	6,45%	471.899.646,03	7,85%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	43.304.547,22	0,89%	21.476.388,41	0,37%	22.829.184,50	0,36%	645.433,98	0,01%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Transferências fiscais a Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	0	0,00%
Provisões a Longo Prazo	4.103.218.189,34	84,64%	4.546.237.179,18	79,11%	4.995.226.369,70	79,61%	5.124.055.092,59	85,29%
Demais Obrigações a Longo Prazo	17.181.550,56	0,35%	15.671.949,24	0,27%	15.326.709,24	0,24%	15.021.423,78	0,25%
Resultado Diferido	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>4.847.659.639,19</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.331.509.175,76</b>	<b>92,77%</b>	<b>5.839.651.198,37</b>	<b>93,07%</b>	<b>6.008.110.777,13</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Quanto ao passivo circulante (Tabela 6), as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo se destacaram. Essas duas contas sempre estiveram entre as de maior representatividade, e após oscilações terminaram o exercício de 2021 com saldo equivalente a 34,61% do ativo circulante, no caso das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, e 30,51%, no caso Demais Obrigações a Curto Prazo (sendo as únicas contas com valor acima de 100 milhões no



ano).

No passivo não circulante, as provisões apresentaram valores bastante representativos. A proporção entre o valor da conta e o saldo do grupo ficou entre 79% e 86% nos 4 anos, com o maior resultado sendo observado em 2021.

#### 4.1.2 Análise Horizontal

Tem o objetivo de calcular variação de uma ou mais contas em períodos consecutivos ou não, tenta permitir a visão de tendências.

Tabela 7: Análise Horizontal do Balanço Patrimonial

ATIVO	2018 (R\$)	2019 (R\$)	AH (%)	2020 (R\$)	AH (%)	2021 (R\$)	AH (%)
Ativo Circulante	666.778.521,69	706.624.651,81	5,98%	908.250.286,21	36,21%	779.203.090,87	16,86%
Ativo Não Circulante	1.475.187.461,29	1.779.864.714,72	20,65%	2.076.249.286,51	40,74%	2.506.021.207,89	69,88%
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.141.965.982,98</b>	<b>2.486.489.366,53</b>	<b>16,08%</b>	<b>2.984.499.572,72</b>	<b>39,33%</b>	<b>3.285.224.298,76</b>	<b>53,37%</b>
PASSIVO	2018 (R\$)	2019 (R\$)	AH (%)	2020 (R\$)	AH (%)	2021 (R\$)	AH (%)
Passivo Circulante	495.581.825,46	415.305.734,12	-16,20%	434.686.260,54	-12,29%	349.147.465,22	-29,55%
Passivo Não Circulante	4.847.659.639,19	5.331.509.175,76	9,98%	5.839.651.198,37	20,46%	6.008.110.777,13	23,94%
<b>Total do Passivo</b>	<b>5.343.241.464,65</b>	<b>5.746.814.909,88</b>	<b>7,55%</b>	<b>6.274.337.458,91</b>	<b>17,43%</b>	<b>6.357.258.242,35</b>	<b>18,98%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O Balanço Patrimonial (Tabela 7) de Florianópolis demonstrou crescimento do ativo, que saiu de R\$ 2.141.965.982,98 em 2018 para R\$ 3.285.224.298,76 em 2021. O principal responsável por isso foi o ativo não circulante, que aumentou quase 70% em 4 anos, a partir da aquisição de novos bens imóveis no período e do aumento nos créditos a receber no longo prazo.

Já com relação ao Passivo, mesmo com uma redução de 29,55% no passivo circulante entre 2018 e 2021, o passivo total apresentou crescimento de 19,04%, saltando de R\$ 5.413.768.362,52 para R\$ 6.444.563.120,62 dentro do mesmo período. Isso se deu,

principalmente, pelo aumento de mais de R\$ 1 bilhão das provisões de longo prazo.

Tabela 8: Análise Horizontal da Demonstração das Variações Patrimoniais

	2018 (R\$)	2019 (R\$)	AH (%)	2020 (R\$)	AH (%)	2021 (R\$)	AH (%)
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	3.624.352.884,2 1	3.243.423.684,7 7	- 10,51 %	3.471.796.278,9 7	- 4,21 %	3.385.968.799,9 6	- 6,58 %
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	6.627.554.123,8 9	3.298.383.238,4 8	- 50,23 %	3.490.479.162,9 9	- 47,33 %	3.167.962.353,7 3	- 52,20 %

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O que mais chamou a atenção na Demonstração das Variações Patrimoniais (Tabela 8) foi a diferença no valor das Variações Patrimoniais Diminutivas entre 2018 e 2019. Enquanto no primeiro ano seu valor foi de R\$ 6.627.554.123,89, o exercício seguinte apresentou um montante de R\$ 3.298.383.238,48, configurando uma redução de mais de 50%. O ano de 2021 não fez parte da análise pois a Demonstração das Variações Patrimoniais do exercício não foi encontrada no portal de transparência do município.

#### 4.1.3 Análise dos Quocientes

De acordo com Andrade (2017), a análise de quocientes ou índices é a forma mais criteriosa de avaliação, permitindo inferir tendências e checar resultados. Kohama (2015) apresenta 21 indicadores para demonstrações públicas, cujo resultados estão apresentados abaixo.

Tabela 9: Resultado dos Indicadores do Balanço Orçamentário

	2018	2019	2020	2021	Máximo	Mínimo	Média
Quociente de Execução da Receita	0,76	0,996	0,98	1,04	1,04	0,76	0,94
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	1,05	1,17	1,14	1,2	1,2	1,05	1,14
Quociente de Cobertura de Créditos Adicionais	0	0	0	0,2	0,2	0	0,05
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	1,11	1,21	1,3	1,2	1,3	1,11	1,21
Quociente da Execução Orçamentária de Capital	0,28	0,46	0,61	0,46	0,61	0,28	0,45
Quociente da Execução da Despesa	0,74	0,86	0,83	0,84	0,86	0,74	0,82
Quociente do Resultado Orçamentário	0,98	0,99	1,04	1,03	1,04	0,98	1,01

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O Quociente de Execução da Receita (Tabela 9) demonstrou que em 2018, o município teve uma arrecadação bem aquém do previsto. Em 2019 e 2020, a arrecadação apresentou melhora, mas sem conseguir atingir o montante previsto (o índice ficou bem próximo a 1 nos dois anos). Foi somente em 2021 que o quociente em questão apresentou resultado superior a 1, ou seja, o município apresentou arrecadação superior àquilo que foi previsto. A média ficou em 0,94, com o maior resultado sendo encontrado em 2021 (1,04), enquanto 2018 foi responsável pelo menor valor (0,76).

O Quociente de Equilíbrio Orçamentário (Tabela 9) apresentou resultado acima de 1 em todos os anos analisados, indicando que a despesa fixada foi superior à receita prevista. Em 2018 seu valor era de 1,05, o menor para o período, enquanto no final de 2021 o resultado encontrado foi de 1,20 (o melhor dentro dos 4 anos).

O resultado do Quociente de Execução Orçamentária Corrente (Tabela 9) foi favorável (maior do que 1) em todos os 4 anos (2018-2021), demonstrando que as receitas correntes foram suficientes para efetuar o pagamento de despesas correntes. A média foi de 1,15 com o maior resultado sendo encontrado em 2020 (1,22), enquanto o resultado mais baixo foi de 1,07, em 2018.

Mesmo apresentando um pequeno crescimento nos últimos anos, o Quociente de Execução Orçamentária de Capital (Tabela 9) ficou abaixo de 1 em todos os anos analisados, indicando um cenário favorável, já que o excedente de Despesas de Capital foi pago por Receitas Correntes. O índice apresentou maior valor em 2020 (0,56) e o menor em 2018 (0,21), com a média sendo calculada em 0,41.

No Quociente de Execução da Despesa (Tabela 9), os 4 anos (2018-2021) apresentaram resultado inferior a 1, com a média ficando em 0,82. Esse cenário não é surpreendente, visto que a despesa executada normalmente é menor do que o montante da despesa fixada.

Nos anos de 2018 e 2019, o Quociente de Resultado Orçamentário (Tabela 9) foi de 0,98 e 0,99, respectivamente, indicando um cenário de déficit orçamentário. Já em 2020 e 2021, o quociente indica superávit orçamentário, com resultados de 1,04 e 1,03.

O Quociente de Cobertura de Créditos Adicionais ficou zerado nos 3 primeiros anos de análise, visto que não houve excesso de arrecadação nesses anos. Já em 2021, o valor do indicador ficou em 0,2, indicando que o valor de créditos adicionais abertos foi maior do que o excesso de arrecadação.

Tabela 10: Resultado dos Indicadores do Balanço Financeiro

	2018	2019	2020	2021	Máximo	Mínimo	Média
Quociente da Execução Orçamentária	0,98	0,99	1,04	1,03	1,04	0,98	1,01
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	1,05	1,03	1,08	1,08	1,08	1,03	1,06
Quociente da Execução Extraorçamentária	1,02	1,06	1,12	0,93	1,12	0,93	1,03
Quociente do Resultado da Execução Financeira	0,98	1,001	1,05	1,01	1,05	0,98	1,01
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	0,85	1,02	1,72	1,07	1,72	0,85	1,17

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O Quociente de Execução Orçamentária (Tabela 10) apresentou uma melhora ao longo dos anos. Em 2018 e 2019 o índice foi de 0,98 e 0,99, enquanto em 2020 e 2021 foi de 1,04 e 1,03. Portanto, o município passou de um cenário de déficit orçamentário na execução e movimentação financeira para um cenário superavitário. A média dos 4 anos ficou em 1,01.

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (Tabela 10) apresentou resultado positivo (acima de 1) em todos os anos analisados, visto que a receita orçamentária do período excedeu as despesas orçamentárias pagas no período. O melhor resultado foi em encontrado em 2020 e 2021, quando o índice atingiu a marca de 1,08 e a média para o período ficou na casa de 1,06.

O Quociente de Execução Extraorçamentária (Tabela 10) traz a relação entre receita e despesa extraorçamentária, que são ingressos e desembolsos de caráter temporário. Em 2018, 2019 e 2020 seu resultado foi acima de 1, atingindo 1,12 em 2020 (maior valor). Porém, no último ano de análise, o resultado encontrado foi de 0,93 (menor valor no período), indicando uma despesa extraorçamentária maior do que a receita.

O Quociente do Resultado da Execução Financeira (Tabela 10) apresentou resultados próximos a 1 em todos os anos analisados. Em 2018 o índice ficou em 0,98, enquanto nos 3 anos seguintes o resultado foi um pouco acima de 1 (indicando que a soma das receitas orçamentárias e extraorçamentárias foi maior do que a soma das despesas orçamentárias e extraorçamentárias). Vale destacar que em 2019 o valor do indicador ficou bem próximo do equilíbrio e a média foi de 1,01.

O Quociente do Resultado do Saldo Financeiro (Tabela 10) foi de 0,84 em 2018, apresentando resultado maior do que 1 nos 3 anos seguintes (indicando que o saldo passado para o exercício seguinte foi maior do que o saldo do exercício anterior). A média do período

foi de 1,17, e o destaque ficou por conta do ano de 2020, onde o índice atingiu a marca de 1,72

Tabela 11: Resultado dos Indicadores do Balanço Patrimonial

	2018	2019	2020	2021	Máximo	Mínimo	Média
Quociente da Situação Financeira	0,48	0,64	1,06	1,40	1,40	0,48	0,90
Quociente da Situação Permanente	0,39	0,42	0,44	0,47	0,47	0,39	0,43
Quociente do Resultado Patrimonial	0,40	0,43	0,48	0,52	0,52	0,40	0,46
Quociente de Liquidez Imediata	0,41	0,50	0,83	1,10	1,10	0,41	0,71
Quociente de Liquidez Corrente	1,35	1,70	2,09	2,23	2,23	1,35	1,84
Quociente de Liquidez Geral	0,28	0,29	0,31	0,33	0,33	0,28	0,30
Quociente da Composição do Endividamento	0,10	0,08	0,07	0,06	0,10	0,06	0,08

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O Quociente da Situação Financeira (Tabela 11) apresentou uma grande melhora, saindo de uma situação de déficit em 2018, quando o índice apresentou seu menor valor (0,48), para um superávit financeiro consistente em 2021, com o índice atingindo a marca de 1,4 (o maior dentre os anos analisados). A média para o período foi de aproximadamente 0,9.

O Quociente da Situação Permanente (Tabela 11), apesar da pequena melhora, demonstra a existência de um grande déficit na parte permanente do balanço, visto que o resultado de 0,47 em 2021 indica que o passivo permanente valia mais que o dobro do ativo permanente. A média encontrada foi de 0,43, o que só reforça a existência de um cenário negativo;

Assim como no caso do Quociente do Resultado Patrimonial (Tabela 11), o Quociente da Situação Patrimonial apresentou, nos quatro anos, resultado igual ou menor que 1. Dessa forma, percebe-se um grande déficit patrimonial, já que o total dos ativos do município não é capaz de cobrir os valores encontrados no passivo. Os dois últimos anos apresentaram resultado acima da média para o período (0,46), entretanto o cenário continua negativo.

Apesar de apresentar resultado abaixo de 1 em 2018, 2019 e 2020, o Quociente de Liquidez Imediata (disponibilidades/ PC) demonstrou melhora, atingindo a marca de 1,1 (o maior do período) em 2021. A média encontrada para o período foi de 0,71.

O Quociente de Liquidez Corrente (AC/PC) apresentou resultados positivos (igual ou maior que 1) em todos os anos analisados. Além disso é possível perceber a evolução deste indicador ao longo do tempo, já que em 2018 seu valor foi de 1,35, enquanto em 2021 alcançou a marca de 2,23. A média do período ficou em 1,84.

O Quociente de Liquidez Geral apresentou resultados entre 0,28 (2018) e 0,33 (2021). Apesar de ser possível perceber uma leve melhora ao longo dos anos, o saldo foi negativo, visto que o ativo circulante mais os ativos realizáveis a longo prazo não são suficientes para cobrir o passivo total. A média encontrada foi de 0,30.

A partir da análise do Quociente da Composição do Endividamento é possível perceber a diminuição da proporção entre as obrigações de curto prazo (PC) e o passivo total. Em 2018, as obrigações de curto prazo representavam 10% do total, atingindo sua menor marca em 2021 (6% do total). A média do período analisado ficou em 0,08 (8%).

Tabela 12: Resultados dos Indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais

	2018	2019	2020	2021	Máximo	Mínimo	Média
Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	0,55	0,98	0,99	1,07	1,07	0,55	0,90
Quociente de Ganhos e Perdas de Ativos	23,93	0,002	4,66	0,64	23,93	0,002	7,31

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Apesar de ter apresentado valor inferior a 1 nos 3 primeiros anos de análise - demonstrando que as variações passivas (hoje, variações patrimoniais diminutivas) foram maiores do que as variações ativas (hoje, chamadas de variações patrimoniais aumentativas) . o Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais (Tabela 12) apresentou clara evolução no período analisado, fechando 2021 com valor superior a 1 pela primeira vez no período analisado. A média do período ficou em 0,9, com o maior valor (1,07) sendo encontrado no ano de 2021, e o menor em 2018 (0,55).

O Quociente de Ganhos e Perdas de Ativos apresentou grande oscilação durante os anos analisados, com o menor resultado sendo encontrado em 2019 (0,002) e o maior em 2018 (23,93).

## 4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tendo em vista os indicadores calculados nesta pesquisa, e os estudos similares, notou-se na pesquisa de CARNEIRO (2014), referente à prefeitura de Carmo da

Parnaíba/MG, a existência de índices saudáveis para todos os demonstrativos analisados. Esse resultado é semelhante ao encontrado por Ribeiro *et al.* (2023), onde todos os municípios da Região Metropolitana de Maringá apresentaram equilíbrio e evolução nos indicadores.

Já em SANTOS (2013), percebeu-se que a situação patrimonial não circulante da prefeitura de Pato de Minas é satisfatória, pois em todos os anos o quociente teve valor acima de 1,00, algo que não se viu no circulante; Na situação orçamentária notou-se desequilíbrio entre a execução da receita estimada e arrecadada e despesa orçada e realizada, porém houve resultado positivo na execução orçamentária (exceto 2007). A situação financeira também foi satisfatória, mesmo com o déficit na execução de capital.

Em contraponto aos resultados positivos encontrados nas pesquisas anteriormente citadas, ALANIZ (2017) - a pesquisa correlata mais importante por também analisar o município de Florianópolis - indicou preocupação com a situação econômica e financeira do município, pelo fato da maioria dos índices terem piorado ao longo do período analisado. De maneira semelhante Ignácio; Goularte (2021) observou que Santana do Livramento não apresentou nenhum indicador com resultado eficiente entre os anos de 2015 e 2019, e Leal *et al.* (2019) citou a necessidade dos municípios paraenses equilibrarem as contas para melhorar suas performances.

Quanto a presente pesquisa, os indicadores do balanço orçamentário mostraram resultados promissores. Os quocientes de Execução da Receita e Execução Orçamentária Corrente, que apresentaram tendência de piora no trabalho desenvolvido por Alaniz (2017), tiveram boa recuperação, com o ano de 2021 sendo o único onde houve arrecadação acima do esperado.

A situação financeira do município apresentou evolução, fechando o período de maneira positiva, mesmo existindo uma queda nos índices entre 2020 e 2021. A justificativa para isso é o fato de todos os indicadores, com exceção do Quociente de Execução Extraorçamentária, apresentaram resultado superavitário no último ano da análise.

No que tange a situação patrimonial, todos os indicadores apresentaram melhora ao longo dos anos, diferentemente do cenário encontrado por Alaniz (2017). Os destaques positivos foram o bom crescimento dos Quocientes de Situação Financeira, Liquidez Imediata e Liquidez Corrente, enquanto os Quocientes de Liquidez Geral, Situação Permanente e Resultado Patrimonial são motivos de preocupação, com esse último, inclusive, apresentando

resultado bem abaixo dos encontrados na pesquisa de Alaniz (2017)

Outro importante ponto de reflexão que pode ser feito é o quanto que os aspectos socioeconômicos e culturais podem influenciar os resultados, tendo em vista a grande discrepância nos resultados do Quociente da Situação Financeira e Permanente encontrados por Araújo (2019), quando comparado aos valores encontrados para o município de Florianópolis.

Na sequência foi disponibilizado uma tabela com os resultados dos indicadores encontrados por essa pesquisa e por Alaniz (2017). É importante salientar que os trabalhos em questão não possuem exatamente os mesmos indicadores.

Tabela 13: Resultado dos Indicadores do município de Florianópolis

(Continua)

QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Trabalho de Alaniz (2017)			Trabalho Atual			
	2013	2014	2015	2018	2019	2020	2021
Quociente de Execução da Receita	0,84	0,72	0,65	0,76	0,996	0,98	1,04
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	1,01	1,02	1,01	1,05	1,17	1,14	1,2
Quociente de Cobertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0	0	0	0,2
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	1,09	1,02	0,89	1,11	1,21	1,3	1,2
Quociente da Execução Orçamentária de Capital	0,21	0,38	0,23	0,28	0,46	0,61	0,46
Quociente da Execução da Despesa	0,83	0,73	0,57	0,74	0,86	0,83	0,84
Quociente do Resultado Orçamentário	1	0,97	1,14	0,98	0,99	1,04	1,03
QUOCIENTES DO BALANÇO FINANCEIRO	2013	2014	2015	2018	2019	2020	2021
Quociente da Execução Orçamentária	1	0,97	0,94	0,98	0,99	1,04	1,03
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	1	0,97	0,94	1,11	1,11	1,22	1,17
Quociente da Execução Extraorçamentária	0,99	1,02	1,33	1,02	1,06	1,12	0,93
Quociente do Resultado da Execução Financeira	1	1	1,01	0,98	1,001	1,05	1,01
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	0,97	1,07	1,07	0,85	1,02	1,72	1,07



Tabela 13: Resultado dos Indicadores do município de Florianópolis

(Continua)

QUOCIENTES DO BALANÇO PATRIMONIAL	2013	2014	2015	2018	2019	2020	2021
Quociente da Situação Financeira	1,28	0,84	0,58	0,48	0,64	1,06	1,40
Quociente da Situação Permanente	0,38	0,32	0,29	0,39	0,42	0,44	0,47
Quociente do Resultado Patrimonial	1,36	1,11	0,97	0,40	0,43	0,47	0,51
Quociente de Liquidez Imediata	-	-	-	0,41	0,50	0,83	1,10
Quociente de Liquidez Corrente	-	-	-	1,35	1,70	2,09	2,23
Quociente de Liquidez Geral	-	-	-	0,28	0,29	0,31	0,33
Quociente da Composição do Endividamento	-	-	-	0,10	0,08	0,07	0,06
QUOCIENTES DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS	2013	2014	2015	2018	2019	2020	2021
Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	0,97	0,95	0,96	0,55	0,98	0,99	1,07
Quociente de Ganhos e Perdas de Ativos	-	-	-	23,93	0,002	4,66	0,64
Quociente da Mutação Patrimonial Passiva	0,83	1,07	-	-	-	-	-
Quociente do Resultado das Variações na Parte Permanente	0,92	0,93	-	-	-	-	-
Quociente Patrimonial da Execução Orçamentária	1,03	1,03	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023)

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo é responsável por trazer as considerações finais do trabalho, com relação aos resultados e cumprimento dos objetivos. Também serão descritas as limitações da pesquisa e sugestões para pesquisas futuras.

### 5.1 QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA

Quanto ao problema de pesquisa, de saber qual a situação financeira, patrimonial e orçamentária do município de Florianópolis - SC no período entre 2018 e 2021, percebe-se que, a situação orçamentária melhorou, com 2021 apresentando arrecadação maior do que o previsto e superávit orçamentário pelo segundo ano consecutivo. A situação financeira também foi boa, visto que quase todos os indicadores apresentaram resultado superavitário. Já em relação à situação patrimonial do município, os índices de liquidez de curto prazo e o Quociente de Situação Financeira apresentaram bons resultados, entretanto, o grande déficit no patrimônio líquido e o resultado do Quociente de Liquidez Geral são motivos de preocupação.

### 5.2 QUANTO AOS OBJETIVOS DE PESQUISA

Quanto aos objetivos de pesquisa, foram totalmente atingidos o objetivo geral, de analisar a situação orçamentária, patrimonial e financeira do município de Florianópolis no período de 2018 a 2021, e os objetivos específicos: a) analisar as demonstrações contábeis do município de Florianópolis - SC no período entre 2018 e 2021; b) demonstrar a evolução dos indicadores ao longo dos anos. Portanto, considera-se alcançados os objetivos geral e específicos deste trabalho.

### 5.3 LIMITAÇÕES

O presente estudo tem como limitação o fato de analisar a realidade das situações financeira, econômica e patrimonial do município em um específico período de tempo. Dessa forma, e levando em consideração o curto período analisado (apenas 4 anos), fica difícil identificar alguma possível tendência para o futuro das contas do município de Florianópolis ou mesmo.

Cabe ressaltar também, a dificuldade encontrada para se ter acesso à Demonstração das Variações Patrimoniais de 2021, que mesmo fora do prazo, não constava no portal de

transparência do município no começo da pesquisa. A demonstração em questão só foi publicada no meio do processo, mas ainda em tempo de ser incluída na pesquisa.

#### 5.4 RECOMENDAÇÕES PRA FUTURAS PESQUISA

Por fim, como sugestão para pesquisas futuras, sugere-se analisar um período de tempo maior, tomando as medidas de precaução (com antecedência) que visem garantir a disponibilidade de todos os documentos necessários para a realização do estudo.

Além disso, outra possibilidade pra pesquisa seria um análise comparativa entre os indicadores de diferentes municípios, permitindo entender qual a situação econômico-financeira em que se encontram, bem como em quais aspectos um se sobressai sobre o outro. Dentro dessa proposta ainda seria possível analisar se aspectos socioeconômicos ou culturais tem alguma influencia nos resultados obtidos.

## REFERÊNCIAS

ALANIZ, Samuel Gonçalves et al. **Análise dos indicadores de demonstrativos contábeis do município de Florianópolis**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Ciências Contábeis - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/183699>. Acesso em 17 abr. 2023.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal: Métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública: da teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ARAUJO, Thalita Scárlatte de Noronha. **Análise das demonstrações contábeis do setor público um estudo de caso múltiplo realizado em dois municípios situados na região do Centro-Oeste mineiro**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Curso de Ciências Contábeis – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco, Luz, 2019. Disponível em: <http://dspace.fasf.edu.br/handle/123456789/63>. Acesso em 19 abr. 2023

AVELINO, Camilla Conceição Monteiro da Silva. **Análise dos indicadores da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Capitais Nordeste, no período de 2018 a 2021**. 2022. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em:

[https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/50148/1/An%c3%a1liseDosIndicadores\\_Avelino\\_2022.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/50148/1/An%c3%a1liseDosIndicadores_Avelino_2022.pdf). Acesso em: 12 abr. 2023.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem simples e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 4 mai. 2023

BRASIL. **Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico. 4 maio. 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em 6 mai. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964**. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico. 17 mar. 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm). Acesso em 6 mai. 2023

**BUGARIO, Juliana; HAHN, K. G.. ANÁLISE DA RELEVÂNCIA DE INDICADORES FINANCEIROS NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL ANTERIORMENTE E NO DECORRER DA PANDEMIA NA EMPRESA BETA LTDA. DE AMPÉRE ? PR. ANÁLISE DA RELEVÂNCIA DE INDICADORES FINANCEIROS NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL ANTERIORMENTE E NO DECORRER DA PANDEMIA NA EMPRESA BETA LTDA. DE AMPÉRE ? PR. 02ed.AMPERE: EDITORA FAMPER, 2021, v. , p. 82-102.** Disponível em: <https://www.famper.com.br/arquivos/documentos/tcc/88/d19eaa92e2134383.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CAGLIONI, Renata dos Santos Gonçalves **A contabilidade pública e a lei de responsabilidade fiscal na gestão pública**. 2019. 31f. Orientador: Eduardo Bazzanella. Coorientador: Maurício Pozzebon. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Gestão Pública, Porto Alegre, BR-RS, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/202297>. Acesso em: 26 mai. 2023.

CARNEIRO, Monalisa Silva; SANTOS, Geovane Camilo. Análise de Indicadores Patrimoniais e Orçamentários da Prefeitura Municipal de Carmo do Parnaíba – Período de 2011 a 2013. **Revista GeTeC**, v. 3, n. 6, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/467>. Acesso: 28 abr. 2023.

CREPALDI, Guilherme S.; CREPALDI, Sílvio A. **Orçamento público: planejamento, elaboração e controle - 1ª edição** . [São Paulo]: Editora Saraiva, 2013. *E-book*. ISBN 9788502201927. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502201927/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

CONTABILIDADE, Conselho Federal De. **As normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11**. Brasília: CFC, 2012. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em 13 abr. 2023

DA SILVA, Maurício Corrêa. Análises do balanço patrimonial da cidade de São Paulo (2021-2022) com suporte da teoria da divulgação. **Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)**, v. 14, n. 8, p. 13181-13201, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2481>. Acesso em: 16 ago. 2023.

DE SOUZA SANTANA, Érica .; SILVA SOUZA, D. BPO FINANCEIRO: UM NOVO SERVIÇO PARA A GESTÃO FINANCEIRA DE MÉDIAS E PEQUENAS EMPRESAS. **Revista Formadores, [S. l.]**, v. 14, n. 1, p. 10–27, 2021. DOI: 10.25194/rf.v14i1.1457. Disponível em: <https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/1457>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FARIAS, Ivaneide Ferreira; SILVA, José Wanderson Lima da; CABRAL, Augusto Cézar de Aquino; SANTOS, Sandra Maria dos; PESSOA, Maria Naiula Monteiro. Com contabilidade aplicada ao setor público: o estudo da arte da produção de dissertações e teses brasileiras. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 9, n. 3, p. 89-105, set./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/50085/345.06>. Acesso em 2 jun. 2023

FEIJÓ, Paulo Henrique. Entrevista [out./nov./dez./2012]. Minas Gerais: **Revista TCMEMG**, 2012. Disponível em <http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1721.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2014.

GOMES, Fredson Ferreira. A evolução da contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem sobre as transformações e o crescimento da importância da Contabilidade Pública Federal. 2016. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/5001/1/21005066.pdf>. Acesso em: 26 Out. 2023.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa**. 2. Ed. São Paulo: Loyola, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XHnajlTNILIC&oi=fnd&pg=PA21&dq=Introdu%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+pesquisa&ots=knJ1Vl-X5C&sig=sVPPfLjGF7VMvrhG1CATIykJMwY#v=onepage&q=Introdu%C3%A7%C3%A0o%20%C3%A0%20pesquisa&f=false>. Acesso em: 28 mai. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dRuzRyEIzmkC&oi=fnd&pg=PA9&dq=M%C3%A9todos+de+pesquisa&ots=94O7W-msGF&sig=cWIHQF2C6tU-9K9b4DGBH1Zzxj8#v=onepage&q=M%C3%A9todos%20de%20pesquisa&f=false>. Acesso em: 28 mai. 2023.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. *E-book*. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 24 out. 2023.

GOULARTE, Jeferson Luís Lopes; CAPPELLARI, Gabriela ; MINELLI, Leonardo . Análise de Indicadores Financeiros e Orçamentários dos Municípios com melhor classificação no IGMA 2021. **Contabilometria - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, v. 10, p. 115-129, 2023. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/2695/1715>. Acesso em: 26 maio. 2023.

IGNACIO, Paola Formozo ; GOULARTE, Jeferson Luís Lopes . Análise Econômico-Financeira das Demonstrações Contábeis no Município de Sant'Ana do Livramento no período de 2015 a 2019. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v. 9, p. 78-94, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2551/1590>. Acesso em: 26 maio. 2023.

KOHAMA, Heilio. **Balancos Públicos: Teoria e Prática, 3ª edição**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. *E-book*. ISBN 9788522496136. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496136/>. Acesso em: 23 out. 2023.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LEAL, Alexandre de Sousa; SILVEIRA, Pâmela Thalia de Sousa da; MACIEL, Luann Yago Oliveira MACIEL, M. N. O.. **Análise da Performance Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos Municípios Paraenses nos Anos de 2015 e 2016**. In: **XIX USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING E XVI CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTIFICA**, 2019, SÃO PAULO. XIX USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING E XVI CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTIFICA, 2019. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1804.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2023.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem prática e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MONTHAY, J. T. .; CANDIDO, L. F. da S. .; VIDIGAL FILHO, A. L. .; MAGRO, E. de F. D. .; COELHO, E. G. .; ANDRADE, L. M. N. .; LOVO, O. A. The impacts of the Covid-19 pandemic on the financial management of the food sector outside the home: Comparative analysis in a restaurant-pizzeria in the municipality of Cacoal. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 6, p. e43011629489, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.29489. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29489>. Acesso em: 12 abril. 2023.

MOREIRA DA SILVA, C. R.; BORGES GOUVEIA, L. O papel das controladorias na transparência das informações: seu contexto e atuação dentro do poder público. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 170–195, 2020. DOI: 10.32586/rcda.v18i1.561. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/561>. Acesso em: 26 maio. 2023.

PEREIRA, Rejanny Monteiro; BASÍLIO Lucimara Sampaio **Estudos interdisciplinares da contabilidade** / Rejanny Monteiro Pereira e Lucimara Sampaio Basílio (Orgs). São Luís - Editora Pascal, 2023. Disponível em: <https://editorapascal.com.br/wp-content/uploads/2023/02/CONT%C3%81BEIS-vol.-01.pdf#page=21>. Acesso em: 12 apr. 2023.

PLATT NETO, Orion Augusto. **Contabilidade Pública: atualizada e focada**. 26. ed. rev. e atual. Florianópolis: Edição do autor, 2021. Livro didático da Disciplina de Contabilidade Pública II.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Balanco Orçamentário de 2018**. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/24\\_04\\_2019\\_18.39.38.5d03f378809da42fafdb585461e347cc.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/24_04_2019_18.39.38.5d03f378809da42fafdb585461e347cc.pdf). Acesso em 12 de mai. 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Balanço Orçamentário de 2019.**

Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/06\\_07\\_2020\\_16.01.37.8e8860591dddfd0e167531f0b7d53bbc.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/06_07_2020_16.01.37.8e8860591dddfd0e167531f0b7d53bbc.pdf) . Acesso em 12 de mai. 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Balanço Orçamentário de 2020.**

Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/05\\_11\\_2021\\_16.27.00.1a1e4a99d9c5e069f6f681de199e3379.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/05_11_2021_16.27.00.1a1e4a99d9c5e069f6f681de199e3379.pdf) . Acesso em 12 de mai. 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Balanço Orçamentário de 2021.**

Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/08\\_03\\_2022\\_17.32.34.0e3bd0942df67073cae8b24bed6f4ae4.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/08_03_2022_17.32.34.0e3bd0942df67073cae8b24bed6f4ae4.pdf) . Acesso em 12 de mai. 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Balanço Financeiro de 2018.**

Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/24\\_04\\_2019\\_18.39.19.32f1560c1d1c0f4736990d4017441e82.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/24_04_2019_18.39.19.32f1560c1d1c0f4736990d4017441e82.pdf) . Acesso em 12 de mai. 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Balanço Financeiro de 2019.**

Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/06\\_07\\_2020\\_16.01.00.84523d86ac152249c44da8f33ac026a5.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/06_07_2020_16.01.00.84523d86ac152249c44da8f33ac026a5.pdf) . Acesso em 12 de mai. 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Balanço Financeiro de 2020.**

Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/05\\_11\\_2021\\_16.26.39.459b2ea1ae1ce0d02eca497cdceb77fb.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/05_11_2021_16.26.39.459b2ea1ae1ce0d02eca497cdceb77fb.pdf) . Acesso em 12 de mai. 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Balanço Financeiro de 2021.**

Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/08\\_03\\_2022\\_17.32.16.ed45acfb12a39554daf393237c7907f.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/08_03_2022_17.32.16.ed45acfb12a39554daf393237c7907f.pdf) . Acesso em 12 de mai. 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Balanço Patrimonial de 2018.**

Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/24\\_04\\_2019\\_18.39.56.54e4f3b12147c201e6a1c29feb96b571.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/24_04_2019_18.39.56.54e4f3b12147c201e6a1c29feb96b571.pdf) . Acesso em 12 de mai. 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Balanço Patrimonial de 2019.**

Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/06\\_07\\_2020\\_16.02.03.f33f747fb1f6b0b2272d0c08bb009b71.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/06_07_2020_16.02.03.f33f747fb1f6b0b2272d0c08bb009b71.pdf) . Acesso em 12 de mai. 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Balanço Patrimonial de 2020.**

Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/06\\_07\\_2020\\_16.02.03.f33f747fb1f6b0b2272d0c08bb009b71.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/06_07_2020_16.02.03.f33f747fb1f6b0b2272d0c08bb009b71.pdf) . Acesso em 12 de mai. 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Balanço Patrimonial de 2021.**

Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/08\\_03\\_2022\\_17.32.48.3a296fc767f3fe3bd5724dd94950d644.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/08_03_2022_17.32.48.3a296fc767f3fe3bd5724dd94950d644.pdf) . Acesso em 12 de mai. 2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Demonstração das Variações Patrimoniais de 2018**. Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/24\\_04\\_2019\\_18.40.14.7686a1207b966f64b15411a4f1a29ae2.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/24_04_2019_18.40.14.7686a1207b966f64b15411a4f1a29ae2.pdf). Acesso em 12 de mai. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Demonstração das Variações Patrimoniais de 2019**. Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/06\\_07\\_2020\\_16.02.43.011dc7d7266a4bc9e076c5068af8e8fb.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/06_07_2020_16.02.43.011dc7d7266a4bc9e076c5068af8e8fb.pdf). Acesso em: 12 de mai. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Demonstração das Variações Patrimoniais de 2020**. Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/05\\_11\\_2021\\_16.28.37.194daf8be09ff80e109e3213b620db7b.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/05_11_2021_16.28.37.194daf8be09ff80e109e3213b620db7b.pdf). Acesso em 12 de mai. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Demonstração das Variações Patrimoniais de 2021**. Disponível em:

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/07\\_07\\_2023\\_13.47.47.1c18ab9dbacff3724d73ddb1fb20b6a.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/07_07_2023_13.47.47.1c18ab9dbacff3724d73ddb1fb20b6a.pdf). Acesso em 12 de mai. 2023.

RIBEIRO, R. R. M.; PAVÃO, J. A.; NEUMANN, M.; MATTIELLO, K. Indicadores financeiros municipais: um estudo na região metropolitana de Maringá. **Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 4917–4936, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i4.1959. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1959>. Acesso em: 26 mai. 2023.

SANTOS, Adrienne Bernardo dos. Análise de demonstrações financeiras aplicada em entidades públicas. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Curso de Administração – Centro Universitário UNIFAAT, Atibaia, 2021. Disponível em: <http://186.251.225.226:8080/handle/123456789/364>. Acesso em 13 mai. 2023.

SANTOS, Geovane Camilo; ANDRADE, Sandro Ângelo. Análise por meio de Indicadores Patrimoniais, Financeiros e Orçamentários da Prefeitura de Patos de Minas. **RAGC**, v. 1, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/292>. Acesso em 21 abr. 2022

SILVA, Geovana Maria Santos et al. Análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: um estudo de caso realizado em uma prefeitura localizada na região Centro-Oeste em Minas Gerais. **Revista Acadêmica Conecta FASF**, v. 4, n. 1, p. 118-145, 2019. Disponível em: <http://revista.fasf.edu.br/index.php/conecta/article/view/122/0>. Acesso em: 22 abr. 2023

SILVA, José Antônio Felgueiras. **Contabilidade pública**. 1. ed. São Paulo: Método, 2015.

SILVA, Lino Martins da, **Contabilidade Governamental: Um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Luan Batista da. **A influência das análises das demonstrações contábeis no processo decisório de uma entidade. 2022.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis – PUC Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/4123> . Acesso em 23 mai. 2023.

TESOURO Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** 9ª ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2021. Disponível em: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:41943](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943). Acesso em 15 set. 2023.

VILARINO, Daiana Paim. **A composição e evolução da receita e despesa no município de Caxias do Sul-RS, no período de 2008 a 2012.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Ciências Contábeis (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/1635>. Acesso: 18 e set. 2023.